

Explorando a branquitude nas práticas pedagógicas e curriculares: Uma visão pós-estruturalista

Maria Luíza Amaral de Jesus Andrade¹

José Miranda Oliveira Júnior²

Resumo

No presente trabalho propõe-se uma aproximação com o alicerce teórico metodológico dos estudos acerca do conceito de branquitude nas práticas curriculares e pedagógicas. Assim, apresento inicialmente o pós estruturalismo como sendo uma corrente filosófica que propõe romper com as estruturas de poder, linguagem, saberes e conhecimentos que moldam a nossa ótica e a forma de agir e pensar diante do mundo. Posteriormente, trago a perspectiva teórica do conceito de branquitude no currículo à análise e a capacidade do mesmo em pensar práticas diversificadas pedagógicas e curriculares. Trata-se de uma pesquisa com revisão bibliográfica com o auxílio do aparato teórico dos seguintes autores(as): pensamentos de Kabengele Munanga, Maria Aparecida Bento, Jota Mombaça, Lia Vainer Schucman, entre outros. Por conseguinte, constatamos que o currículo se configura como um instrumento de disputa, logo, os estudos acerca dos mesmos mencionados são formas de problematizar sua recorrência no ambiente escolar e os efeitos que sua invisibilização pode causar nas relações étnico-raciais.

Palavras-Chave: Currículo; branquitude; práticas pedagógicas; relações étnico-raciais; pós-estruturalismo.

1. Introdução

O currículo assume múltiplos significados dentro do contexto educacional, sendo um deles o que podemos chamar de prática discursiva, conforme destaca Lopes e Macedo (2011) o currículo “trata-se de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos postos por tais discursos e os recria”. Desse modo, podemos identificar que as ideias presentes nas políticas curriculares acerca dos processos de ensino e aprendizagem estão sujeitas a maneira como a discussão de currículo vai se constituindo em cada comunidade, podendo o seu produto sofrer inferências que afetaram a qualidade do sistema educacional em ação.

¹ Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, mestranda em Educação na Linha de Currículo, práticas Educativas e Diferenças pelo PPGed-UESB; Pós-graduada em Sociologia da Educação e em Antropologia Cultural pela Prominas. Dedicou-se na sua trajetória acadêmica à pesquisa, referente aos estudos da branquitude nas relações étnico-raciais, práticas pedagógicas e curriculares no ensino básico, na qual é o tema relacionado com sua monografia de conclusão de curso e da sua pesquisa do mestrado. E-mail: 201920252@uesb.edu.br

² Mestre e doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e especialista em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz e também é licenciado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e coordenador do Programa de Educação Tutorial Institucional da UESB, Subprojeto PETI Ciências Sociais, membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Práticas Curriculares e Educativas (GEPPCE) do Programa de pós-graduação em Educação da UESB. Email: jose.junior@uesb.edu.br

A corrente do pós-estruturalismo rejeita a ideia de estruturas fixas e universais, argumentando que o comportamento humano é mais fluido e complexo do que sugerido pelo estruturalismo. Propõe a desconstrução de verdades absolutas, proporcionando uma visão mais crítica e reflexiva sobre o conhecimento e a aprendizagem; questiona as estruturas de poder dentro do sistema educacional, promovendo uma educação mais democrática e equitativa. Assim, essas ideias têm sido colocadas em prática em várias áreas da educação, desde o desenvolvimento curricular até a formação dos docentes, com o objetivo de criar um espaço de aprendizagem mais inclusivo e reflexivo.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância de compreensão de currículo enquanto um agente formador de condutas e normas estabelecidas dentro do cotidiano escolar, estando ele sujeito às relações de poder que visam a construção de uma organização disciplinar caracterizada por atravessamentos históricos, políticos e sociais. Desse modo, acredita-se que por ser um instrumento formador e gerenciador do cotidiano escolar, o currículo visa em todos os seus níveis o controle e a organização daquilo que constitui o espaço escolar - sujeitos, saberes, espaços e relações - sendo a formação de comportamento e de mentalidades é elemento fundamental para o controle da sociedade e cerceamento de indivíduos dentro de um espaço de disciplinarização, assim podemos afirmar que currículo é disputa, é conflito, e constitui-se enquanto um espaço de negociação.

2. O conceito de branquitude

O conceito acerca da branquitude pode-se alegar como: uma ideia construída a partir de elementos conceituais ideológicos, na qual o branco se enxerga e se classifica os não brancos a partir da sua própria concepção. O mesmo impõe vantagens e privilégios ditos como materiais aos brancos em detrimento dos não brancos. Essas desigualdades são frutos de uma má distribuição de poder dito ele como político, econômico, social e desses bens considerados simbólicos e materiais.

Porta-se como uma “norma” ou como uma identificação presente na consciência do seu portador, no caso os brancos quando se é necessário para a não perda de vantagens e privilégios. Dessa forma,

Para entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. Por isso, é necessário entender formas de poder da branquitude, onde ela realmente produz efeitos e materialidades. (Schucman, p.23, 2012)

A origem deste conceito se deu através de estudos críticos que surgiram no intuito da necessidade em analisar o papel da identidade racial branca em contrapartida de ser um componente ativo e representativo nas relações raciais em sociedades frisadas pela presença do colonialismo europeu. Intelectuais como W.E.B. Du Bois (1920, 1935)¹, Frantz Fanon (1952), Albert Memmi (1957), atualmente são vistos como protagonistas e pioneiros dos estudos acerca da branquitude.

Esses autores e intelectuais, ambos em conjunturas históricas e sociais distintas que destacaram o papel do colonizador e dos efeitos desta colonização que trouxe a tona o racismo não somente do negro, mas sobretudo do branco. Desafiando assim, a interpretação e os estudos relacionados as relações raciais por apenas só considerarem o negro como “objeto de estudo” e “tema de estudo” acerca da compreensão dessas relações.

A branquitude divide-se em duas vertentes, conforme destaca Cardoso (2017): crítica e acrítica. A primeira é aquela que “pertencente ao indivíduo ou grupo de brancos que desaprovam ‘publicamente’ o racismo” (Cardoso, p. 33. 2017). Para ele, as pessoas incluídas nessa identidade branca vivem sob uma ótica de igualdade racial, mas na prática, não questionam efetivamente os privilégios brancos que possuem. Já a branquitude acrítica seria, pois, entender-se branco implica em entender-se superior aos demais. Para Cardoso (2017), a lógica desse raciocínio é que não há racismo porque esses indivíduos, já seriam naturalmente superiores aos não-brancos. Logo, a violência cometida e a discriminação efetuadas não seriam para subjugar, apenas para manter as pessoas em “suas devidas posições e lugares”, sendo esse tipo de pensamento bastante característico de movimentos ultraconservadores que concordam e alastram uma supremacia racial branca.

A branquitude como resultado das relações coloniais, atua em determinada configuração, e age para que indivíduos brancos estejam em posições de poder, enquanto os não-brancos ocupem espaços de subalternidade. Uma importante contribuição que elucida esse fato é: Esta consciência silenciada ou experiência branca pode ser definida como “forma sócio-histórica de consciência” nascida das relações capitalistas e leis coloniais, hoje compreendida como “relações emergentes entre grupos dominantes e subordinados”. Essa branquitude como geradora de conflitos raciais demarca concepções ideológicas, práticas sociais e formação cultural, identificadas com e para brancos como de ordem ‘branca’ e, por consequência, socialmente hegemônica. (Silvério, p. 240-241, 2002)

ser limitada em pensar apenas nos termos entre o branco e o negro, ao contrário, deve-se assimilar como parte de um processo produzido pela miscigenação e pelas concepções acerca do branqueamento. Assim, têm-se como característica do conceito no Brasil: a necessidade de pensar fora da dualidade branco/negro; a superioridade estética mostra-se como um dos traços fundamentais da construção da branquitude brasileira (Schucman, p.69, 2012).

2.Currículo, Práticas pedagógicas e a branquitude

Tendo em vista essa concepção de disputas que orbitam a constituição do currículo, propõe-se neste artigo busca entender a forma como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é pensada, compreendendo que a construção do currículo perpassa por lutas hegemônicas e que sua implementação faz vista a determinadas finalidades, desse modo, problematizar a estruturação do documento norteador da educação brasileira é de grande relevância para pensar como a perspectiva colonial ainda possui centralidade e poder nas construções curriculares, nesse sentido abordaremos o conceito de “branquitude” e suas implicações para a constituição curricular, buscando problematizar sua recorrência no ambiente escolar e os efeitos que sua invisibilização pode causar nas relações étnico-raciais.

A conceituação do que venha a ser branquitude torna-se importante, pois, não se é possível impossibilitar a ideia de que pessoas brancas também são racializadas. Assim, as mesmas podem fazer parte do problema e são sinalizadas a se atentarem, mobilizarem e repensarem suas posições e privilégios socialmente. Entendo desse modo que o processo de colonização e a noção fictícia de superioridade branca, construída ao longo da formação histórica da nossa sociedade exercem influências significativas no nosso cotidiano, demarcando diferenças e mantendo o status quo de privilégios e vantagens que evidenciam a necessidade de problematização desse processo dentro da constituição curricular da educação brasileira.

Trabalhar as questões das relações Étnico-Raciais de forma não estereotipada para compreender que a branquitude é um instrumento da manutenção dos privilégios brancos e silenciá-la no currículo implica a colaboração para que esses alicerces de discriminação e preconceito se perpetuem. É necessário a crítica da branquitude possibilitando outros saberes que virão a ser produzidos, em prol da luta antirracista e de uma educação mais democrática.

Assim, adotamos aqui a interpretação de que os currículos da educação básica são instrumentos de disputa por um discurso hegemônico, e é através desse instrumento que as

concepções da realidade são ou não legitimadas. Dessa maneira, a Lei 10.639/03 promove a ressignificação da historicidade brasileira, ao determinar que as escolas da Educação Básica passem a incluir em seus currículos oficiais a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-Brasileira. Evidencia-se, que em uma perspectiva a referida Lei marca uma conquista em prol de uma igualdade epistemológica e racial, mas aponta um importante problema social, que é a própria falta de conhecimento/interesse do país em debater e conhecer as suas origens.

A referida legislação significa a materialização de um grande avanço no campo do currículo e das práticas pedagógicas para viabilizar os estudos acerca das relações étnico-raciais e das nossas raízes. “Não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade (Munanga, 2005).” À vista disso, deve-se pensar na escola, em destaque a pública, como um ambiente em que diferentes presenças se encontram, atores e atrizes políticos. E para isso, é imprescindível que o currículo que versa sobre a instrução desses futuros cidadãos em formação, considere a historicidade de um Estado racista, fruto de um processo colonizador e de uma pseudociência europeia que forjou a segregação e distinção entre os sujeitos de diferentes etnias, colocando o branco enquanto um ser dotado de qualidades e os não-branco em um lugar de subjugado.

3. Materiais e métodos

Para trabalhar os conceitos apresentados, utilizamos como aparato teórico autores que trabalham com a temática das relações étnico-raciais, sendo os principais Kabengele Munanga, Jota Mombaça, Lia Vainer Schucman, Cida Bento, entre outros(as). Sendo as Leis 10.639/2003 e a 11.645/2008, ambas estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, mas que acabam por serem frutos das lutas travadas pelo movimento em questão. A branquitude como resultado das relações coloniais, atua em determinada configuração, e age para que indivíduos brancos estejam em posições de poder, enquanto os não-brancos ocupem espaços de subalternidade.

Procurar compreender a maneira como os currículos oficiais são elaborados, auxilia-nos a refletir como a epistemologia eurocêntrica e colonial ainda obtém uma centralidade acerca de como enxergamos e entendemos o mundo e os outros. E ao buscar desnaturalizar sua existência no currículo e dar-lhe visibilidade, procuramos contribuir para uma reflexão sobre o papel da

escola na luta antirracista, através de uma prática pedagógica mais pluralista e democrática.

Dessa forma, o cotidiano escolar e as suas práticas se constituem em um ambiente que ainda reproduz discursos de poder, e sua estrutura é extremamente assinalada pelos princípios eurocêntricos que regem um silenciamento dessas pautas que necessitam ser discutidas para o melhor entendimento acerca das dimensões do racismo e as consequências de suas práticas, entendendo que abordar a noção de branquitude é fundamental para entender o jogo de relações que se estabelecem na proposição de políticas curriculares no contexto da educação básica.

[...] Assim é que, no marco do racismo, o sujeito branco depende da produção arbitrária do sujeito negro como “Outro” silenciado para se constituir, atualizando, a partir do binômio branco/negro, uma série de outras fórmulas binárias tais como bem/mal, certo/errado, humano/inumano, racional/selvagem, nas quais o negro não cessa de ser representado como mal, errado, inumano, selvagem. Dessa maneira, não é jamais o sujeito negro que está em questão, mas as imagens e narrativas dominantes produzidas desde um ponto-de-vista colonial acerca dele. (MOMBAÇA, 2015)

Colocar em destaque uma perspectiva crítica acerca da implementação de currículos na educação básica no que tange os aspectos relacionados à disputa entre branquitude e negritude é urgente, entendendo que o currículo é construído a partir da hegemonia do branqueamento impondo processos de subjetivação que endossam a visão colonial e corroboram para processos de silenciamento e dominação.

Conclusões

Assim, admite-se o pertencimento diante de uma sociedade intoxicada por preconceitos, e a educação não passará ilesa por esse fator, assim, cabe pensar como a temática das relações étnico-raciais tem se inserido no currículo do ensino básico e quais suas implicações e possíveis desdobramentos para a construção das experiências escolares. Sendo assim, há a necessidade de trabalhar as questões das relações étnico-raciais de forma não estereotipada para compreender que a branquitude é um instrumento da manutenção dos privilégios brancos, e silenciá-la no currículo implica na colaboração para que esses alicerces de discriminação e preconceito se perpetuem.

Debater tanto a branquitude e a negritude no currículo e no ensino básico escolar é uma forma de desnaturalizar a forma como os não-brancos são descritos socialmente. É convidar brancos/as a conhecerem suas próprias raízes históricas sem um ideal de poder e de superioridade. É possibilitar a criação de um espaço e de pautas para uma luta antirracista e promoção de um espaço escolar mais democrático e menos excludente. Ao buscar desnaturalizar sua existência no currículo e dar-lhe a sua verdadeira significação, com práticas

pedagógicas mais diversificadas e inclusivas para a construção de espaços discursivos que promovam a conscientização dos processos históricos de nossa constituição enquanto uma sociedade marcada pelos efeitos adversos da colonização.

Referências

BRASIL. *Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BENTO, Maria Aparecida. *Pacto da Branquitude: Um Convite à Construção de um Brasil Alicerçado na Equidade Racial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARDOSO, Lourenço. *O Branco-Objeto: O movimento negro situando a branquitude. Ensaio*, Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./jun. 2011.

CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. 2014. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo, Veneta, 2020.

DU BOIS, W. E. B. *Black reconstruction: an essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America: 1600-1880*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1976.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias do Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo*. 3ª ed., 7ª reimp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2015.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. 160f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer (Compilador). *Branquitude: Diálogos Sobre Racismo e Antirracismo*. 1ª ed. São Paulo: Fósforo Editora, 2023. 216 p. ISBN: 978-6584568310.

SCHUCMAN, L. V. *Branquitude e branquidades no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, 23, 2018.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 219-246, 2002.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MOMBAÇA, Jota. *O Outro e o Eu: Reflexões sobre Racismo e Subjetividade*. São Paulo: Editora XYZ, 2015.,

UNESP, Universidade do Estado de São Paulo - *Guia de Reconhecimento sobre a Branquitude*, 2022.

Explorando la blanquitud en las prácticas pedagógicas y curriculares: una mirada post estructuralista

Resumen

En el presente trabajo se propone una aproximación con la fundamentación teórica y metodológica de los estudios sobre el concepto de blanquitud en las prácticas curriculares y pedagógicas. Así, inicialmente presento el postestructuralismo como una corriente filosófica que propone romper con las estructuras de poder, lenguaje, conocimiento y conocimiento que moldean nuestra perspectiva y la forma en que actuamos y pensamos frente al mundo. Posteriormente, aporto al análisis la perspectiva teórica del concepto de blanquitud en el currículo y su capacidad para pensar prácticas pedagógicas y curriculares diversificadas. Se trata de una investigación con revisión bibliográfica con la ayuda del aparato teórico de los siguientes autores: pensamientos de Kabengele Munanga, Maria Aparecida Bento, Jota Mombaça, Lia Vainer Schucman, entre otros. En consecuencia, encontramos que el currículo se configura como un instrumento de disputa, Por lo tanto, los estudios sobre ellos mencionados son formas de problematizar su recurrencia en el ámbito escolar y los efectos que su invisibilización puede provocar en las relaciones étnico-raciales.

Palabras clave: Currículo; blanca; prácticas pedagógicas; las relaciones étnico-raciales; postestructuralismo.

Explorer la blancheur dans les pratiques pédagogiques et curriculaires : une vision post-structuraliste

Résumé

Dans le présent travail, une approximation avec le fondement théorique et méthodologique des études sur le concept de blancheur dans les pratiques curriculaires et pédagogiques est proposée. Ainsi, je présente d'abord le post-structuralisme comme un courant philosophique qui propose de rompre avec les structures de pouvoir, de langage, de savoir et de savoir qui façonnent notre perspective et notre façon d'agir et de penser face au monde. Par la suite, j'apporte la perspective théorique du concept de blancheur dans le curriculum à l'analyse et à sa capacité à penser des pratiques pédagogiques et curriculaires diversifiées. Il s'agit d'une recherche avec une revue bibliographique à l'aide de l'appareil théorique des auteurs suivants : pensées de Kabengele Munanga, Maria Aparecida Bento, Jota Mombaça, Lia Vainer Schucman, entre autres. Par conséquent, nous avons constaté que le programme est configuré comme un instrument de controverse, par conséquent, les études à leur sujet mentionnées sont des moyens de problématiser leur récurrence dans l'environnement scolaire et les effets que leur invisibilisation peut provoquer dans les relations ethnico-raciales.

Mots-clés : Programme d'études ; blancheur; les pratiques pédagogiques ; les relations ethnico-raciales; post-structuralisme.

Exploring whiteness in pedagogical and curricular practices: A post-structuralist view

Abstract

In the present work, an approximation with the theoretical and methodological foundation of studies on the concept of whiteness in curricular and pedagogical practices is proposed. Thus, I initially present post-structuralism as a philosophical current that proposes to break with the structures of power, language, knowledge and knowledge that shape our perspective and the way we act and think in the face of the world. Subsequently, I bring the theoretical perspective of the concept of whiteness in the curriculum to the analysis and its ability to think about diversified pedagogical and curricular practices. This is a research with a bibliographic review with the help of the theoretical apparatus of the following authors: thoughts of Kabengele Munanga, Maria Aparecida Bento, Jota Mombaça, Lia Vainer Schucman, among others. Therefore, we found that the curriculum is configured as an instrument of dispute, therefore, the studies about them mentioned are ways of problematizing their recurrence in the school environment and the effects that their invisibilization can cause in ethnic-racial relations.

Keywords: Curriculum; whiteness; pedagogical practices; ethnic-racial relations; post-structuralism.